

ATA Nº 95/2017 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS

No dia 13 do mês de julho de 2017, nas salas 06 e 07 do 13º andar do Edifício Gerais, na Cidade Administrativa, realizou-se reunião com o objetivo de propor alternativas para a solução pacífica do conflito Ocupação São José, em Coronel Pacheco.

Alexandre Chumbinho, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SEDA, abriu os trabalhos com uma rodada de apresentação dos participantes, conforme lista de presença anexa, que substituirá a assinatura dos presentes.

Tatiana Gomes, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST reclama que há muitas crianças, algumas sem matrícula na instituição de ensino. Com relação aos serviços públicos, expõe as dificuldades de negociar com a prefeitura. Explica que outra dificuldade é o acesso à saúde, que embora não seja negado serviços de emergência, não há disponibilidade para marcação de consultas. Informa que as famílias não estão cadastradas no município, pois são necessários alguns requisitos para fazê-lo (mínimo 03 meses de residência). Outro fator importante de ser ressaltado é a coleta do lixo, que a própria comunidade está fazendo a seleção dos recicláveis, mas o restante não está sendo coletado pela prefeitura. Explica as situações em que o proprietário provocou e constrangeu as famílias.

Major Madureira, da Polícia Militar de Minas Gerais, pergunta se os ocupantes envolvidos fizeram contato com a Polícia Militar.

Tatiana Gomes informa que o diálogo está sendo feito via Sedpac. Na semana passada estava com o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Na oportunidade, o órgão se negou a fazer o contato com o proprietário e verbalizou que se trata de uma atribuição da Mesa de Diálogo. Solicita vistoria da propriedade.

Lucas de Oliveira, Secretário Executivo da Mesa de Diálogo, informa que a Mesa de Diálogo fez contato com o proprietário que não se disponibilizou a comparecer a reunião. Acredita que ele possa concordar um encontro com a Mesa de Diálogo e o Incra apenas.

Fernanda Vieira, advogada da ocupação, acredita que a OAB deveria estar presente nos diálogos. Manifesta indignação ao falar que foi colocada no polo passivo no

processo. Informa que o laudo do setor de biologia da Universidade Federal de Juiz de Fora aponta impactos ambientais (contaminação de água).

Vanessa Lopes, da Secretaria de Governo, confirma que as demandas apresentadas são reais, pois a área não cumpre a função social. Em termos de desenvolvimento o Território da Mata tem sofrido retrocessos.

Afonso Henrique, do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, explica os dados jurídicos do processo. Ressalta que a posição do superintendente do Incra é a sinalização de que não terá nenhuma providência quanto as tratativas com o órgão. Esclarece que área ocupada não tem como vistoriar, trata-se de uma determinação do Tribunal de Contas da União – TCU. Solicita que registre e encaminhe ao Ministério Público Federal informações acerca da inércia do Incra e cópia das multas recebidas pelos ocupantes por estacionarem em frente a ocupação, bem como fotos de outros carros na mesma situação que não foram penalizados.

Wilton Soares, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – SEDPAC, sugere priorizar as questões emergenciais e reunir com o prefeito e acionar o Ministério Público para tratar as pendências referentes à educação.

Tatiana Gomes lembra que foi elaborado um questionário para saber o perfil das famílias, bem como as políticas que possam melhor atender a população.

Antônio Miranda, do Incra, informa que o órgão não realiza vistoria para efeitos de desapropriação. Sua atribuição é contatar o proprietário para saber sobre seu interesse em negociar a área. Explica como é feito o trâmite: análise da documentação e manifestação de interesse (seguindo algumas questões burocráticas). Sugere a Mesa fazer o contato com o proprietário, diante da negativa do superintendente do Incra.

Lucas de Oliveira, Secretário Executivo da Mesa de Diálogo, esclarece que conversou com o proprietário que não foi muito receptivo. Acredita que a sugestão do Wilton Soares de conversar com o prefeito pode ser um dos caminhos para começar uma negociação. Também há necessidade de pensar em outras alternativas como migração da população para outra área.

Tatiana Gomes diz que tem listadas as áreas que são improdutivas seguindo os critérios do Incra. A possibilidade de migração não é descartada pela ocupação.

Lucas de Oliveira compromete-se a marcar reunião com os prefeitos de Goianá e Coronel Pacheco.

Antônio Miranda sugere que sejam colocados os facilitadores sobre a oferta da área ao proprietário na reunião que será marcada pelo secretário executivo.

Alexandre Chumbinho sugere que a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – Sedese verifique com o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS sobre o regulamento do SUAS – Sistema Único de Assistência Social referente aos critérios para cadastramento de famílias nos municípios. Informa que o Estado está dando andamento às ações para o combate à extrema pobreza (fornecimento de cestas básicas, entre outras providências). Sugere que seja feito o cadastramento das famílias no modelo CadÚnico.

Antônio Miranda sugere que os dados que são exigidos pelo Incra constem no cadastro, o que pode gerar direito aos trabalhadores rurais.

Aldenir Viana sugere que o município participe ativamente do diálogo.

Fernanda Vieira gostaria de saber se haveria possibilidade de a Mesa de Diálogo enviar documento ao poder judiciário sinalizando que já existe um canal de diálogo. Solicita que coloque no relatório, que será feito pela Mesa de Diálogo, conforme informado pelo secretário executivo, detalhes sobre o laudo da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Lucas de Oliveira informa que enviará a ata aos presentes e ao Juiz da Vara Agrária.

Ao final da reunião foram acordados os seguintes encaminhamentos

1. A Mesa de Diálogo fará uma reunião com os prefeitos de Goianá e Coronel Pacheco e o proprietário da área.
2. Os representantes da ocupação enviarão as fotos e cópias das multas para o Ministério Público Estadual e para a Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo.
3. A Mesa de Diálogo oficiará a Sedese para que verifique com o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS sobre o regulamento do SUAS – Sistema Único de Assistência Social referente aos critérios para cadastramento de famílias nos municípios.
4. A Mesa de Diálogo oficiará a Prefeitura Municipal de Coronel Pacheco esclarecendo a necessidade de disponibilizar as políticas públicas para os moradores da ocupação, com base no que foi conversado na reunião.
5. O secretário executivo da Mesa de Diálogo enviará a ata para Juiz da Vara Agrária.
6. A ocupação enviará o laudo da Universidade Federal de Juiz de Fora e o cadastro já realizado para a Segov.